

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Carolina da Cunha Xavier

JUVENTUDE ONLINE: MEDICALIZAÇÃO E ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Marcos Alberto Patronis.

Juiz de Fora
2018

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Maria Carolina da Cunha Xavier**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201473092A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Juventude online: medicalização e espetacularização da vida**, desenvolvido durante o período de março de 2018 a julho de 2018 sob a orientação de Marcos Alberto Patronis, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

JUVENTUDE ONLINE: MEDICALIZAÇÃO E ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA

Maria Carolina da Cunha Xavier¹

RESUMO

O trabalho apresenta a descrição de conceitos cruciais no desenvolvimento social contemporâneo, visando melhor compreensão do momento em que vivemos. Ao expor o poder e o poder disciplinar, fazemos uma breve análise da progressão da sociedade disciplinar para a sociedade de controle. A partir daí é possível delinear alguns dos dispositivos de controle social, que fazem parte do cotidiano dos indivíduos, principalmente hoje, devido ao avanço tecnológico. Avanço esse que também possibilita o surgimento do biopoder, da biopolítica e da medicalização da sociedade, estes que dependem de um conhecimento tecnológico e de informações acumuladas para sua aplicação. Ainda sobre os avanços da tecnologia, questões como as inter-relações dentro do corpo social mostram grandes mudanças convertendo-se em um desafio, visto que a exposição midiática trouxe consigo a espetacularização da vida, intrinsecamente ligada à imagem e ao virtual. Da mesma maneira, ao passo que é exigido aos jovens encontrar novas formas de obter a autonomia necessária para uma experiência de vida independente, uma vez que este avanço exige cada vez mais capacitação para o mercado de trabalho, os mesmos se veem compelidos a enfrentar uma realidade fluida e instável na busca de sua emancipação. Nesse contexto, surge a questão de quais meios podem ser utilizados para a conquista de uma melhor estabilidade e independência da juventude na sociedade contemporânea, questão esta pertinente inclusive para o desenvolvimento de gerações posteriores.

PALAVRAS-CHAVE: Poder; poder disciplinar; sociedade de controle; biopoder; biopolítica; medicalização da sociedade; espetacularização da vida; juventude online; juventude contemporânea

1. INTRODUÇÃO

Passando por uma perspectiva de Michel Foucault, temos a intenção de criar uma atmosfera mais clara sobre os processos fundamentais à sociedade contemporânea, através de termos como o poder, o poder disciplinar e as chamadas sociedades disciplinares e sociedades de controle. Traçamos um paralelo sobre estes termos na intenção de aprimorar o conhecimento sobre as formas utilizadas para disciplinar a sociedade num momento anterior e como houve a transformação da mesma para o modo de controle, estado no qual nos encontramos hoje. Esta exposição pretende aprofundar através de uma revisão bibliográfica, quais são os alicerces que sustentam a nossa maneira globalizada de enxergar as dinâmicas e interações sociais atualmente, visando uma melhor perspectiva principalmente sobre a juventude e os enfrentamentos de uma fluidez e inconstância social.

A partir deste ponto, conceitos como biopoder, biopolítica e medicalização da sociedade também são abordados, ao passo que são termos imprescindíveis para entender como a atual sociedade se formou, pois são formas de controle social que se desenvolveram na tentativa de maior obtenção de poder por parte do Estado. A medida que simultaneamente a relação mútua entre o Estado e a população se mostra falha, ora pela falta de representatividade da população no executivo ora pela supressão da comunicação entre ambos, esta busca por mais poder se torna central diante do poder fragmentado do Estado.

A partir daí, observamos como se dá o fenômeno chamado de espetacularização da vida, o que está intrinsecamente interligado com o surgimento de celebridades, do cultivo ao corpo e à estética e da sociedade de imagem em que nos transfiguramos, cultuando a juventude como um estado a ser conservado e tratando a velhice como uma doença autoinfligida.

Nesta era de avanços tecnológicos, é irônico que nossos jovens se encontrem sem perspectiva de uma posição de trabalho constante e estável, visto que aos 24 anos é esperado do mesmo uma independência e autonomia que é praticamente impossível, uma vez que o tempo de qualificação adequada se estende cada vez mais deixando o jovem na dependência dos parentes para obter tal capacitação, tornando o âmbito pessoal do

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Marcos Alberto Patronis.

mesmo uma confusa expressão de seu próprio lugar na sociedade, no qual uma autossuficiência é exigida mas é dificilmente alcançada.

2. Delineando traços da formação da sociedade contemporânea

2.1 O poder e o poder disciplinar na perspectiva de Foucault

Segundo Foucault, pela perspectiva jurídica, o poder é fundamentalmente único, sendo fragmentado apenas em função de facultar seu desempenho sobre seus próprios recebedores, ou seja, terceiros que o executam, possuem legalmente a autorização necessária para encarregar-se do mesmo em função do Estado, objetivando o interesse único, não pessoal. Dessa maneira, o poder surge da legitimidade do Estado, que garantirá através do poder jurídico a soberania do mesmo diante dos indivíduos. A partir daí, teremos como um primeiro parâmetro o anseio de Foucault em nos mostrar como este poder se interliga e materializa entre as relações variadas de posições em nossa sociedade, analisando o poder em âmbitos e discursos específicos em épocas distintas (SAMPAIO, 2008).

Para o autor, o poder na sociedade se coloca para muito além do Estado, como nas relações de matrimônio, família, gênero, estando presente em diversos pontos do chamado corpo social. Como consequência relacional do poder, abre-se caminho para a proximidade com a liberdade, partindo da premissa que não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta, sendo assim, há o entendimento de que o poder não aprisiona, pela existência da possibilidade que podemos mudar sua dominação estrategicamente em condições determinadas, pressupondo assim que a base das relações de poder é fundamentada pelo confronto entre forças sociais que estão em constante embate (SAMPAIO, 2008).

O poder disciplinar, uma das categorias utilizadas por Michel Foucault ao longo de sua pesquisa, configura uma preocupação do autor, que se localiza no entendimento da tomada de poder sobre os corpos na sociedade ocidental contemporânea. Através das mudanças sociais ocorridas no decorrer dos séculos XVII e XVIII, a passagem gradativa e sutil do poder da soberania (monárquica) para o poder disciplinar, ao passo que se percebe mais eficaz e rentável "vigiar" do que "punir", é de grande relevância, uma vez que tem como função o adestramento social. É a partir desse momento que há o surgimento das chamadas instituições disciplinares e do aprimoramento de dispositivos disciplinares, visando o aumento produtivo da utilidade dos indivíduos, consequentemente do lucro obtido, o indivíduo se torna objeto e instrumento do próprio exercício da disciplina. Esta forma de poder, como já vimos, causa o aumento produtivo da capacidade do indivíduo, por conseguinte, esta medida aumenta a produção do saber escolar, da saúde e do exército. Conclui-se então que o poder disciplinar está em pleno funcionamento quando os que são vigiados ou teoricamente vigiados, exercem da mesma maneira a vigilância sobre si mesmos, padronizando através de manipulações e atuações a própria sociedade (SAMPAIO, 2008).

2.2 Sociedade disciplinar e Sociedade de controle

Foucault considera que as sociedades disciplinares vigoraram no século XVIII com seu apogeu no início do século XX, e que se caracterizavam pela organização de grandes âmbitos de confinamento, cada um com suas determinadas leis. Assim, podemos dizer que neste tipo de sociedade observamos "uma organização vertical e hierárquica das informações", pois explorava-se a mais-valia sob os "fluxos que os indivíduos faziam circular" (COSTA, 2004). Após a Segunda Guerra Mundial, uma sociedade que se tratava apenas de gerir seus "males" e ocupar as pessoas se transformou em outro tipo de corpo social, mais sofisticado, que estaria preocupado com os valores imateriais que o compõem: a informação, a comunicação e o conhecimento. Nas chamadas sociedades de controle, cada vez mais dominantes no mundo contemporâneo, a partir do filósofo Gilles Deleuze podemos observar que o que importa nos indivíduos não são as assinaturas que conferem as identidades e nem os números de matrículas que certificam os seus lugares na massa, mas sim a cifra, o código, a senha, que designam o acesso a informação ou não (COSTA, 2004).

Segundo Deleuze, como mutação do capitalismo e grande influenciador nesta transformação, observamos as modificações ocorridas com o dinheiro, que anteriormente funcionava a partir do cunho de moedas, e que foi se desenvolvendo de maneira cada vez mais virtual, ao passo que códigos passaram a representar quantias de qualquer valor e simultaneamente permitir translações flutuantes, o que evidencia intensas mudanças entre os diálogos presentes no corpo social. O marketing, é um elemento desse recém universo, sendo que "o homem não é mais confinado, mas o homem endividado" (DELEUZE, 1972-1990). O

comércio, inclusive a venda de serviços e das chamadas ações nas Bolsas de Valores, regem as regras da economia agora, e não só dela, mas conseqüentemente, da sociedade contemporânea.

A datar deste momento, há também o surgimento dos chamados dispositivos de controle. No decorrer do avanço tecnológico, outros instrumentos que auxiliaram na concretização desta transformação para uma sociedade de controle, foi o advento do smartphone, do cartão de crédito e da internet. Rogério da Costa levanta a questão que, seria de se esperar com estas instaurações uma maior transparência sob o poder, no entanto, embora exista uma mudança no próprio poder, que de hierárquico passou a ser uma rede planetária, ou seja, difuso, atualmente, podemos ver que na verdade o que parece importar é o controle constante dos mais diversos fluxos sociais, através do consumo (marketing), do movimento financeiro internacional, ou dos meios de comunicação (COSTA, 2004).

Com a criação e evolução dos dispositivos de controle sobre os indivíduos nessa atmosfera globalizada e online, "a percepção sobre a prática de interceptação de mensagens está mudando, e não porque se trate apenas de aprimorar as técnicas de criptografia, mas também de mudar a forma de abordagem do controle" (COSTA, 2004). Sobre empresas americanas que trabalham para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, como a "The Ideas Operation", o autor indica que o trabalho é realizado a partir do "desenvolvimento de softwares de filtragem, tratamento de dados, análise de fac-smiles (uma espécie de cópia exata, como assinaturas ou representações), análise do tráfego de informações, reconhecimento de palavras-chave, análise por temas, sistemas de reconhecimento de voz, etc. São empresas que possuem pleno domínio das novas técnicas desenvolvidas para rastrear as mais diversas ações dos indivíduos e, a partir disso, construir padrões de comportamento" (COSTA, 2004). Nessa perspectiva, "vigiar passa a significar, sobretudo, interceptar, ouvir, interpretar" (COSTA, 2004).

Estes padrões de comportamento são a nova chave para entendermos o que rege o controle social na sociedade contemporânea. Como podemos ver na citação abaixo onde o autor indica uma maneira de se utilizar estes padrões encontrados e interpretados, e como se diferem das formas empreendidas no modelo de sociedade anterior, ou seja, disciplinar:

Mas o mais importante é que, diferentemente da estratégia de interceptação de mensagens que já conhecemos no Echelon, onde o que se procura de forma direta são conteúdos específicos associados a pessoas específicas, no TIA (The Ideas Operation) o processo seria em princípio indireto, pois é pelo negativo dos padrões que se intercepta um comportamento suspeito. E com a implantação de um tal projeto, chegamos definitivamente na modulação contínua da sociedade de controle de que nos fala Deleuze, pois deixamos de olhar para as informações como associadas a indivíduos, e sim como relacionadas entre si dentro de um quadro maior.

[...]

Numa sociedade disciplinar, atrelada ao espaço físico, um indivíduo era referenciado por seu endereço postal, que remetia a um lugar físico que não era mais que um ponto numa rede geográfica de longa duração. Hoje, um habitante se define como inscrito numa rede variável, onde a prova de domicílio não é mais o título de propriedade ou pagamento de aluguel, mas a fatura de água, de eletricidade ou gás, de telefone, etc. É nossa inscrição nessas redes, nosso estatuto de consumidor de fluxos técnicos que serve como prova jurídica de nosso pertencimento espacial (apud Boullier, 2000). Somos humanamente definidos como membros de múltiplas redes (COSTA, 2004, p.166).

Conclui-se que, recursos como o dinheiro eletrônico, que tem o custo menor que o dinheiro em papel e é muito mais controlável, e o chamado GPS – Global Positioning System, que pode ser entendido como um sistema de "monitoramento da localização de portáteis" e que está presente na grande maioria dos dispositivos de uso diário e individual / coletivo, como celulares, notebooks, entre outros, são dispositivos atuais característicos da sociedade de controle, forçando o usuário a compreender, geralmente através do conhecimento e raciocínio crítico, pelo menos um pouco da dimensão que alcança esses dispositivos a se policiarem sob as "informações pessoalmente identificáveis que eles estão fornecendo ao sistema continuamente." (COSTA, 2004). Pois, como o autor cita, "diante das próximas formas de controle incessante em meio aberto, é possível que os mais rígidos sistemas de clausura nos pareçam pertencer a um passado delicioso e agradável." (DELEUZE, 1990 apud COSTA, 2004).

2.3 Biopoder, biopolítica e a medicalização da sociedade

A partir da transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, como vimos anteriormente, Foucault ao analisar o hospital como uma instituição disciplinar, destaca a relação entre a medicina e a economia política, assim como o governo da vida e a estatização da medicina. Termos como biopoder e biopolítica podem se encaixar nessa perspectiva, combinada com a noção de população (MARTINS; JUNIOR, 2009).

De início, como percebemos em Tesser, o conceito de medicalização engloba o aumento de hospitais, laboratórios, médicos, indústrias, medicamentos, as novas técnicas terapêuticas, consequentemente o controle dos indivíduos através da medicina “e a incorporação de aspectos da condição humana (social, econômica e existencial) aos diagnósticos, cura, terapêutica e patologias médicas.” (Caponi S, Valença MFV, Vedi M, Assmann SJ, organizadores, 2013). Observamos que, a medicina foi e é utilizada com intuito também de controle social. A partir de pesquisas aliadas ao acúmulo de informação, são identificados padrões como condutas ou hábitos considerados alarmantes ou desestabilizadores à ordem social, sendo com início nesse momento, empreendido uma espécie de coação dos mesmos na sociedade. A própria Psiquiatria, executou a medicina desta maneira (como reguladora social) como podemos verificar:

A Psiquiatria, no decorrer de sua história, ocupou-se de administrar os comportamentos ameaçadores à ordem social. Exerceu o controle individual e social sobre os comportamentos indesejáveis, no contexto da modernidade tardia, medicalizando as condutas, sofrimentos e desvios, desde o século XIX. Os diferentes “transtornos” são novas categorias classificatórias, criadas nos últimos trinta anos pela Psiquiatria, evidenciando a continuidade da avaliação dos comportamentos e práticas ameaçadores da vida social e cultural (Caponi S, Valença MFV, Vedi M, Assmann SJ, organizadores, 2013).

De acordo com os autores, desde o Império romano, o cristianismo se propôs a cuidar e salvar as almas, e com o enfraquecimento desta instituição, a alma se tornou objeto da intervenção estatal em sua forma contemporânea, que tem como finalidade, segundo Foucault, cuidar do corpo e da saúde corporal, a partir daí, da doença e da saúde e da maneira como se relacionam. Com início no século XVIII, houve um desenvolvimento da medicalização da população, das cidades e Estados, essas considerações vão mais tarde se transformar no termo “biopoder”. A “medicina passa a intervir num campo mais amplo da existência do indivíduo e da população, apoiada pela integração do seu saber a estratégias emergentes de governo, na segunda metade do século XVIII.” (MARTINS; JUNIOR, 2009). Partindo da perspectiva de Foucault, este processo de medicalização da sociedade atribui quatro etapas:

(...) o aparecimento da autoridade médico-política e a instauração da medicina de Estado e da política médica; a ampliação dos domínios da medicina para além dos doentes e da doença, com a constituição da medicina urbana; a medicalização do hospital, quer dizer, sua transformação em instrumento terapêutico; e, por fim, a constituição de “mecanismos de administração médica: registro de dados, estabelecimento e comparação de estatísticas, etc.” (Foucault, 1976/2001 a, p.50). (MARTINS; JUNIOR, 2009).

O surgimento da medicina do Estado, ou seja *Staatzmedizin*, no início do século XVIII, se deu na Alemanha, e a partir daí o termo *Staatswissenschaft* que designava a Ciência do Estado, sendo esta uma espécie de saber do estado, um acúmulo de conhecimentos e estatísticas “quanto aos seus recursos naturais, condições de vida e qualidade da saúde da população (com suas taxas de natalidade e mortalidade), e também no que se refere ao funcionamento da máquina política estatal (apud Foucault, 1977/2001b, p.210).” (MARTINS; JUNIOR, 2009).

Essa ciência do Estado começa a se forjar no século XVIII, a partir das práticas derivadas do cameralismo e do mercantilismo, não apenas enquanto doutrinas econômicas, mas como modos de governar, como práticas de governo que visavam a “regular as correntes monetárias internacionais, os fluxos correspondentes de mercadorias e a atividade produtiva da população. A política mercantilista assentava-se essencialmente sobre o crescimento da produção e da população ativa” (apud Foucault, 1977/2001b, p. 212) (...). Com o mercantilismo, a partir do século XVII, a população aparece como o elemento fundamental, o princípio mesmo, da riqueza e da potência do Estado. Afinal, a população é a força que produz essas riquezas. Ainda que os mercantilistas tenham sido os primeiros a considerar a população essencialmente enquanto força produtiva, ela na verdade só pôde ser considerada nesses

termos porque estava submetida a um regime disciplinar e enquadrada por um aparelho regulamentador. Quer dizer, isso só foi possível porque essa população acabou sendo “efetivamente adestrada, repartida, distribuída, fixada segundo os mecanismos disciplinares.” (apud Foucault 2004b, p.71). (MARTINS; JUNIOR, 2009).

O aparecimento da Medicina Urbana, que pode ser entendida como o avanço e modificação das estruturas urbanas, “tornou obrigatório o recurso a mecanismos de regulação homogêneos e correntes” (apud Foucault, '977/2001b, p.216), pois agora além de um lugar onde se concretiza relações de mercado, também era um lugar de produção. Foucault faz então uma alusão ao modelo de quarentena da peste utilizado no fim do século XVII e início do século XVIII no combate da peste, que encontrou no constante controle e patrulhamento, a resposta para potencializar a saúde e a longevidade, marcando a “emergência das tecnologias positivas de poder, dos mecanismos disciplinares e de uma nova ‘arte de governar’”, e as medidas disciplinares presentes na sociedade contemporânea, (MARTINS; JUNIOR, 2009):

A medicina urbana e a higiene pública, na visão foucaultiana, seriam um prolongamento refinado do modelo da quarentena, mantendo, no entanto, seus procedimentos de vigilância e controle. Essa medicina teria se constituído em torno de alguns objetivos principais: analisar os lugares de acúmulo de dejetos, no interior do espaço urbano, os quais poderiam ser focos de enfermidades e de epidemias; controlar a circulação, do ar, da água, dos alimentos e mercadorias; estudar a distribuição e organização dos elementos indispensáveis à vida no espaço da cidade, tais como fontes, esgotos, etc. Todos esses objetivos se articulavam a saberes emergentes, que atribuíam a aspectos do meio, e às condições de vida da população a aos seus hábitos, a origem e a propagação de diversas enfermidades. (MARTINS; JUNIOR, 2009).

2.4 A formação do contexto contemporâneo e a espetacularização da adolescência

Após definirmos estes termos imprescindíveis para o entendimento da formação da sociedade contemporânea e as diferentes relações que entrelaçam o corpo social atualmente, assenta uma melhor compreensão à metáfora da “liquidez” da sociedade contemporânea, proposta pelo filósofo Zygmunt Bauman. (BAUMAN apud ZARUR; CAMPOS, 2015). O trecho abaixo traz luz às transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial que influenciaram diretamente neste mundo moderno:

O mundo sólido precedente (moderno) estaria se derretendo, dando origem a uma segunda modernidade, fluida e difusa, de contornos mutantes e imprevisíveis.

(...)

Há mudanças em curso em todos os campos, superando padrões e modelos há muito estabelecidos. Houve uma aceleração no processo de integração global. O avanço tecnológico – sobretudo nos campos da informática, da comunicação e dos transportes – reduziu as distâncias. A dinâmica capitalista proporcionou a expansão de corporações para espaços externos aos seus núcleos geopolíticos. A concorrência se acirrou e modelos inéditos de gestão e racionalização dos processos produtivos se fizeram necessários. A força de trabalho perdeu força para as inovações tecnológicas. O setor de serviço cresceu e a produção de bens culturais aumentou, significativamente, em relação à indústria, sendo a espetacularização da política, o enfraquecimento dos Estados nacionais e o incentivo a um hibridismo cultural generalizado alguns dos fenômenos que prefiguram uma nova fase da modernidade (ZARUR; CAMPOS, 2015).

Termos como *pós modernidade* (apud LYOTARD, 1986) e *sociedade pós-industrial* (apud BELL, 1974) são sinônimos do termo *liquidez* utilizado por Zygmunt Bauman (apud BAUMAN, 2001) para designar a nova sociedade “fluida e difusa” que começara a surgir e tomar o lugar do “mundo sólido” prévio (ZARUR; CAMPOS, 2015). Essa nova forma de sociedade, teve “início” no Brasil, na década de 1960, onde se instituiu “um cenário social em que a televisão aberta passou a ocupar, progressivamente, o lugar de centralidade na elaboração e difusão dos estilos de vida adolescentes eleitos como prioritários”, assim, se estabeleceu uma “cultura do espetáculo” (OLIVEIRA; MACHADO, 2014). Esse consumo moderno, segundo Campbell, tem sua essência no desejo de se experimentar prazeres confeccionados e desfrutados no campo imaginário, desejo este que tem como consequência o insaciável consumo de inovação, denominado pelo mesmo de “hedonismo imaginativo” ou

“autoilusivo” e que segundo ele, esse ímpeto romântico e idealizado, estaria presente em 1960 atuando na superação das forças conservadoras e tradicionais e provendo uma exaltação incrementada à performance consumista, sendo que, neste contexto “hedonista” e vaidoso, a juventude adquiriu a condição de fornecedora de conduta e requinte, com um poder de predomínio extraordinário, enquanto ser idoso passou a ser “um modo de expressar uma atitude de negligência com o corpo e de falta de motivação para a vida, uma espécie de doença autoinfligida” (DEBERT, 2010, p.51, apud ZARUR; CAMPOS, 2015). Sobre as mutações culturais que se manifestaram na década de 1960 e culminaram num marco de transformações as décadas posteriores, constatamos que o otimismo excessivo que permeava este período, resultou em um potente imaginário coletivo no qual o comportamento jovial sobrepôs ao consagrado, produzindo, como podemos observar abaixo, as seguintes conversões:

O anticonformismo exacerbado – fruto do desejo de emancipação adolescente e de suas estratégias de diferenciação do mundo adulto – acabou minando o poder tradicional de um sistema que antes era ancorado no paradigma como promotor das transformações no campo do vestuário, da imitação-distinção. A significação do imaginário “jovem” acarretou uma desafeição pelo vestuário do luxo, associado a um mundo “velho”.

(...)

Até a década de 1970, o mundo era governado por uma gerontocracia – o poder, a influência e a riqueza aumentavam com a idade e os grandes líderes mundiais tinham, raramente, menos de quarenta anos. Este cenário, contudo, se modificou. Em parte, isso se deveu ao fato de que “cada nova geração de adultos fora socializada como integrante de uma cultura juvenil autoconsciente e trazia marcas dessa experiência”, mas, além disso, a incrível rapidez da mudança tecnológica acabou dando à juventude “uma vantagem mensurável sobre os grupos etários mais velhos, mais conservadores ou, pelo menos, inadaptáveis” (HOBSBAWN, 1995, p.320 apud ZARUR; CAMPOS, 2015).

Sitiados pelo receio “de falhar e de não obterem prazer”, as pessoas inseridas na realidade da “modernidade líquida” se veem inibidas e interdidas no sentido da busca pela verdadeira felicidade, e são compelidas a buscar no consumo tanto a felicidade quanto o prazer (ZARUR; CAMPOS, 2015).

Essas considerações, trazem à compreensão que a juventude, neste novo contexto cultural, “vem sendo tratada como um conceito publicitário, estrategicamente aplicado para criar, consolidar ou modificar o posicionamento de marcas, produtos e instituições” (ZARUR; CAMPOS, 2015). Ademais, este processo se dá pelos signos atribuídos à juventude, fundamentados numa “estética cujo espectro engloba artefatos e costumes relacionados ao corpo, à indumentária e ao comportamento”, que aliada à uma sociedade de consumo, resulta numa sobreposição das coisas em detrimento das pessoas, ou seja uma “coisificação” tornando este ideal estético “um paradigma para tudo o que é desejável, atuando no mercado como um veículo de distinção e de legitimidade” (ZARUR; CAMPOS, 2015).

A arte invade a vida e tudo pode ser visto como arte, mesmo algo comum do dia a dia. A dimensão estética se tornou um valor fundamental, consolidando a importância da imagem e da aparência e fortalecendo uma tendência ao narcisismo.

Estetizada, a vida virou um espetáculo no qual o sujeito vale pelo que parece e não pelo que é. Nas redes sociais, as *selfies* (fotos em primeira pessoa) são numerosas e florescentes, cuidadosamente selecionadas para apresentar uma imagem individual positiva. A beleza, a boa apresentação e a fama são atributos altamente desejáveis, pois na sociedade de consumo “todos estamos dentro e no mercado”, ao mesmo tempo como clientes e mercadorias (BAUMAN, 2005, p.98, grifo do autor, apud ZARUR; CAMPOS, 2015).

As propagandas desenvolvidas por grandes agências de publicidades, como as de refrigerantes, bebidas alcoólicas, remédios, adornos, alimentos, tecnologia, etc., incumbe ao divertimento e ao prazer sensorial, e são apresentados aos potenciais consumidores através dos meios midiáticos como imprescindível à vida e à felicidade, utilizando a manipulação do desejo (ou seja “nossa capacidade de querer e desejar algo”) como meio para a obtenção do lucro corporativo constante (OLIVEIRA; MACHADO, 2014).

Como consequência dessa realidade contemporânea podemos observar o surgimento das chamadas “celebridades”, sinalizando “dramaticamente, para a importância que os meios de comunicação de massa passaram a ocupar, nas últimas décadas, na produção de subjetividades”, e a maneira que estes veículos midiáticos nos posicionam “em uma teia discursiva de difícil apreensão, no que tange critérios de verdade” uma

vez que celebridades e campanhas publicitárias parecem dispor de maior importância do que seus referentes reais ou concretos (OLIVEIRA; MACHADO, 2014). Dessa maneira, perdemos de maneira significativa a nossa historicidade, e o “sujeito contemporâneo e, em particular os que atravessam a adolescência, encontram-se, como pudemos brevemente delinear, imersos significativamente em uma sociedade tecida pela imagem” abrindo caminho “em direção à flexibilidade dos relacionamentos, à sua eterna extinção e subsequente renovação virtual” (BAUMAN, 1998; 2007; 2010 apud OLIVEIRA; MACHADO, 2014).

2.5 As condições existenciais da juventude contemporânea

Com as acentuadas e aceleradas transformações tecnológicas no sistema de produção e a crise do desemprego, os jovens vão enfrentando na contemporaneidade incessantes mudanças, abrindo espaço para “lugares e papéis desempenhados fluidos e incertos”, aumentando assim o tempo de qualificação apropriado para concorrer a posições de trabalho e também forçando “capacitação permanente dos indivíduos, principalmente nos meios urbanos”, prolongando dessa maneira, “a dependência do/da jovem do esquema familiar para a sobrevivência” (NUNES; WELLER, 2003).

A idade biológica é atribuída a funções sociais, ao passo que grandes transformações têm ocorrido em diversos âmbitos da vida dos jovens principalmente em cenários urbanos. Os autores partem da análise de jovens entre 15 e 24 anos (grupo que representava 20,1% da população brasileira de acordo com o censo do IBGE de 2000) seguindo o raciocínio que “aos 15 anos o adolescente já está entrando numa nova etapa de sua vida psicológica, identitária e educacional” e aos “24 é de se supor que sua formação técnica ou acadêmica de base já tenha sido concluída” colocando assim, “sua entrada no mercado de trabalho como aspiração imediata”. Ou seja, ao analisar especificamente esta faixa etária, abrangemos o começo a formação identitária, psicológica e educacional, onde conseqüentemente e simultaneamente começam a surgir os anseios e aspirações adolescentes, até o momento em que o desejo de ser inserido no mercado de trabalho se torna latente. Período este no qual percebemos maior vulnerabilidade à “cultura de massa, à virulência dos meios de comunicação”, e à persuasão do universo online” (NUNES; WELLER, 2003).

O fato de, neste meio urbano, estarmos próximos, nos vendo e nos mostrando permanentemente exerce um efeito particular sobre nossas mentalidades. De um lado cria uma identidade no sentido em que somos aquilo que pensamos que os outros pensam de nós. Por outro, simbolicamente falando, as relações que estabelecemos com o mundo são permeadas de significados que se traduzem em linguagens não faladas tão importante quanto as coisas ditas.

(...)

Migramos da casa para o trabalho, convivemos em ambientes heterogêneos, estamos sob tensão decorrente das desigualdades sociais, etc. Cada gesto, aparentemente banal está carregado de significados e de estímulos diversos embaralhando as referências simbólicas (NUNES; WELLER, 2003).

Neste contexto, os papéis sociais se misturam, como na visão de Berger & Luckmann, no qual a compreensão do “processo dialético é composto por três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização”, sendo a interiorização – “a saber, a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido (a manifestação de um processo subjetivo de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim) – assim como a completa integração entre os dois significados subjetivos e a consciência disso, pressupõe a significação, ou seja, a apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido”. Os autores indicam, que após a “socialização primária”, ocorrida na primeira infância, passamos pelo processo de “socialização secundária”, curso que ocorre num momento mais complexo da vida, complexidade esta devido a “divisão social do trabalho”, no qual acontece simultaneamente alguma “distribuição social do conhecimento” (NUNES; WELLER, 2003).

Entretanto, deve-se considerar o fato de que, nos tempos atuais, o cenário, a realidade objetiva, muda muito rapidamente. Esta permanente incerteza sobre os códigos do mundo objetivo termina por interferir na dimensão simbólica da existência social. Os papéis terminam por ser indefinidos, frágeis, de difícil ordenamento.

(...)

Sobretudo, a crise elou precariedade do emprego, assim como as rápidas e intensas mudanças nos padrões tecnológicos do sistema produtivo vão, pouco a pouco, ampliando o tempo médio de capacitação adequada para disputa de postos de trabalho e exigindo capacitação permanente dos indivíduos. Em consequência, observa-se um prolongamento da adolescência pelo aumento do tempo médio de estudos exigido: essa situação prolonga também a dependência do/da jovem do esquema familiar de vida. A autonomia individual é, portanto, adiada ou relativizada: adquire-se autonomia em esferas pontuais da existência, mantendo-se a dependência familiar para a sobrevivência (NUNES; WELLER, 2003).

Através de outra perspectiva, o processo de individualização, que faz parte da essência da modernidade, faz com que identidades únicas passem por um estorvo de adequação, ao passo que o campo de consumo efetua intenso papel na deliberação das identidades, ou seja, “*ter* é mais importante do que *ser*, recondicionando vínculos, relações reais e imaginárias, sempre num processo de dominação sem resistência, uma dominação passiva” (NUNES; WELLER, 2003).

Com o surgimento de novas profissões e mudanças elementares nas tradicionalmente existentes, os indivíduos se sentem constantemente ultrapassados pelo contexto, fazendo com que muitos jovens se vejam compelidos a aceitar a primeira oportunidade que encontram, levados apenas por motivações de segurança (NUNES; WELLER, 2003).

Outra complexidade da contemporaneidade aparece na esfera familiar:

Alguns cientistas sociais denominam este contexto como “sociedade de risco” (apud BECK, 1986), que se caracteriza como uma situação na qual os indivíduos estariam, entre outras coisas, liberados dos limites culturais impostos pela religião, pela tradição e moralidade convencional, pela crença incondicional nos pressupostos da ciência, além é claro dos limites estruturais impostos pela classe, o status, a nação, o gênero, a geração, a família nuclear, etc. Na medida em que as formas tradicionais de vida perdem sua capacidade de condicionar comportamentos, os indivíduos podem refletir livremente sobre a vida que querem levar e se organizar segundo seus interesses pessoais (NUNES; WELLER, 2003).

A partir desta citação, podemos sustentar que “a crescente migração e a instabilidade profissional não só produzem situações de isolamento, mas dificultam a construção de um projeto de família nos moldes vigentes no século passado, que, por uma série de influências, ainda permanece como modelo a ser seguido” (NUNES; WELLER, 2003).

Essa gama de variações dentro das diversas alternativas de vida e individualidade, como vimos anteriormente, até em esferas sociais consideradas estáveis como a família, trouxe consigo intensas indagações e inquietações. Neste cenário, os discursos midiáticos obtêm grande notoriedade, uma vez que ajudam significativamente a dissolver paradigmas antes estabelecidos, transfigurando o contexto social em um terreno evasivo e difuso:

Este conjunto de possibilidades de existência e de exercício de nossa identidade traz conflitos latentes na vida cotidiana, bombardeada por estímulos que questionam permanentemente os papéis sociais. A cultura de massa, utilizando-se dos meios de comunicação, nos traz, permanentemente, novos modelos de comportamento, os quais, confrontados com os padrões tradicionais de existência social, geram um elevado grau de incerteza do indivíduo em sua vida social e consigo mesmo. A ruptura com os padrões de sustentação simbólica da existência social – ser homem/mulher, ser pai/mãe, ser filho/filha, ser profissional, ser amante, ser companheiro – tudo isso é permanentemente colocado em questão fazendo com que atuem num social fluido, disperso, ambíguo, onde os pontos de apoio são cada vez mais flutuantes. (NUNES; WELLER, 2003).

Por conseguinte, levando em consideração que a contemporaneidade nos leva a um maior leque de possibilidades, podemos entender este contexto como positivo, uma vez que nos leva a um “princípio de liberdade”; ou como negativo, uma vez que “o limite é imposto pelo próprio princípio de realidade, aquele que nos diz como agir para reprimir desejos, evitar a morte e desenhar nosso papel na vida de forma que o sofrimento seja o menos possível”, pois como explícito no trecho acima, a descontinuidade sobre os fundamentos dos parâmetros sociais, isto é, do lugar tradicional de cada esfera, sendo constantemente

desconstruídos, constitui um âmbito social inconstante, cada vez mais incerto e disseminado (NUNES; WELLER, 2003).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das circunstâncias delineadas neste trabalho, é possível traçar um quadro da nossa sociedade contemporânea a da sua historicidade recente, desde o que chamamos aqui de “sociedade disciplinar”, que teve seu início no século XVIII e vigorou até início do século XX. Este tipo de sociedade estava habituado a confinar como forma de controle, porém, após a Segunda Guerra Mundial, como vimos, a própria sociedade descobriu que vigiar era mais lucrativo que punir, isto também com a ascensão do sistema capitalista e conseqüentemente com a globalização. Novos dispositivos de controle e novas formas de executar e manifestar o poder também foram empreendidas, e chegamos ao ponto de sermos uma sociedade online, e extremamente vigiada, ao passo de que a maioria dos smartphones, notebooks, etc. (dispositivos geralmente de uso cotidiano e individual), possuem o sistema de GPS, o que torna possível localizar qualquer dispositivo online.

Neste contexto, a juventude se encontra cada vez mais “sem lugar” nesta sociedade, enfrentando uma enorme fluidez e instabilidade em várias esferas do corpo social, não só no mercado de trabalho, mas também na família e nas relações pessoais. Uma vez que, “entre outras funções, os pais atuam como provedores: assim, quando existem recursos disponíveis, os jovens são sustentados por sua família enquanto se mantém estudando. A dependência econômica não chega a preocupá-los, pois consideram esse encargo parte da obrigação familiar, sendo, portanto, natural. A aparente gratuidade dessa manutenção, que afigura não exigir nenhum retorno por parte dos jovens, revela-se, entretanto, não tão desinteressada” (AUGUSTO, 2005).

Fica claro que a obrigatoriedade de sustento por parte da família sem encargos correlatos é uma crença sem fundamento, já que é exigida uma contrapartida por parte do jovem estudante. Também é evidente que “os elementos permanentes de tensão ou de oposição que caracterizam as relações entre jovens e adultos” (apud FORACCHI, 1965, p.21) ficam encobertos pelas ideias de despojamento e gratuidade, ainda que isso não seja obrigatoriamente notado pelos envolvidos. Os vínculos que essa situação origina demonstram ser muito fortes: de fato, eles permitem o estabelecimento de um controle familiar, incessante e sem tréguas, que restringe as perspectivas sobre amplos domínios da vida juvenil e delimita as alternativas disponíveis, incluindo manifestações individuais de vontade.

(...)

Ai está também manifesto um paradoxo: como lembra Marialice, “somente os estudantes totalmente mantidos pelos pais e desligados de qualquer preocupação imediata com seu próprio sustento podem reconhecer-se livres para empreender uma ‘atuação de ensaio’” que lhes permita voos novos (AUGUSTO, 2005).

Acrescentaremos ainda que, “é diferente a situação do estudante que trabalha: além de não depender da colaboração financeira da família para continuar estudando, muitas vezes ele é quem a ajuda. Como a família não pode sustenta-lo, para poder estudar o trabalho remunerado deixa de ser uma escolha e torna-se uma imposição”. De modo que este estudante que trabalha ocupa duas esferas naturalmente de tempos distintos no corpo social, “o trabalho mantém os vínculos entre o estudante e a família” (apud FORACCHI, 1965, p.49), “esse compromisso afasta-o das possibilidades de dedicar-se à preparação para a carreira que escolheu – o curso, de fato, tem para ele importância acessória – e de ensaiar voos próprios que lhe possibilitem entrar em contato com alternativas políticas ou culturais, mais amplas. O vínculo impeditivo que o aprisiona é de caráter distinto, mas mais explícito é a situação global que o produz” (AUGUSTO, 2005).

Podemos apontar assim, que “os valores que configuram essa modernidade líquida podem ser identificados como tendências que se associam, fortemente, entre si: emergência do sentido de privacidade em detrimento da valorização da esfera pública, fortalecimento da cultura do individualismo e culto coletivo ao hedonismo, por exemplo. A individualização – uma das marcas registradas da modernidade anterior (sólida) – ganhou um novo significado neste contexto fluido” (ZARUR; CAMPOS, 2015).

Se na modernidade “sólida”, “a classe e o gênero se projetavam, pesadamente sobre a gama de escolhas do indivíduo” que só precisavam se adaptar a esses “nichos”, comportando-se como seus ocupantes (BAUMAN, 2001, p.42), nos tempos líquidos essas categorias se mostram frágeis na estruturação de modelos de conduta. No novo cenário, os indivíduos já não identificam,

exclusivamente, seus interesses sociais e culturais em termos de classe e de gênero, que deixaram de servir como “categorias mobilizadoras” através das quais os interesses de diversas pessoas podiam ser representados (apud HALL, 2005).

Os elos que entrelaçavam as escolhas individuais em projetos de ação coletivos se esvaneceram, promovendo o esvaziamento da esfera pública convencional e um movimento em direção à esfera do privado (apud BAUMAN, 2001). Em um ambiente que se encontra em permanente transformação, no qual a posição social não é mais herdada e baseada na tradição, e sim conquistada, onde não há mais referências preestabelecidas – que poderiam orientar os sujeitos e mobilizá-los em prol de uma causa comum – a autoafirmação do indivíduo passou a depender de suas próprias estratégias e escolhas particulares (ZARUR; CAMPOS, 2015).

Dessa maneira, o indivíduo é compelido a “descobrir o que é capaz de fazer, esticar essa capacidade ao máximo e escolher os fins a que essa capacidade poderia melhor servir – isto é, a máxima satisfação concebível” (apud BAUMAN, 2001, p.74). Trazendo assim uma “competividade agressiva”, no qual o indivíduo “não se encontra mais ligado, necessariamente, a uma condição humana regida pela cooperação e pela sociedade”, consequência visível dos novos trajetos desenvolvidos neste novo tipo de sociedade: “a incerteza e a ansiedade permanentes” (ZARUR; CAMPOS, 2015).

Destarte, concluímos que ser jovem na sociedade atual traz diversos obstáculos, os quais ainda não conseguimos suplanta-los, nisto, podemos perceber que o discurso midiático acaba por tentar suprir este hiato na construção identitária, trazendo consigo fórmulas para a “felicidade” no consumo exacerbado e na busca pelo prazer sensorial, tornando cada vez mais a vida um espetáculo, controlando não só os jovens mas ditando a regra das relações sociais, que passam a nutrir como critério o *ter* e não o *ser*. Como consequência, os indivíduos parecem cada vez mais adormecidos, convertendo seus hábitos normais em virtuais, com o uso diário e excessivo de smartphones, notebooks, sempre online, postando fotos cuidadosamente selecionadas como um culto “cego” à imagem e dispondo das próprias informações para gigantescas redes de armazenamento de dados, que, como vimos, a qualquer hora podem ser utilizadas contra nós mesmos, os “divulgadores” da nossa informação pessoal.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Retomada de um legado intelectual, Marialice Foracchi e a sociologia da juventude**. Tempo Social, v. 17, nº02, 2005, p. 11-33.

CAPONI S, VALENÇA MFV, VERDI M, ASSMANN SJ, organizadores. **A medicalização da Vida como estratégia de biopolítica**. São Paulo. LeberArs, 2013.

COSTA, Rogério da. **Sociedade de Controle**. São Paulo. Perspectiva, 18, 2004, p. 161-167.

DELEUZE, Gilles. Traução de Peter Pál Pelbart. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1992, p. 219-226.

MARTINS, Luiz Alberto Moreira; JUNIOR, Carlos Augusto Peixoto. **GENEALOGIA DO BIOPODER**. Psicologia & Sociedade; 21, 2009, p.157-165.

NUNES, Brasilmar Ferreira; WELLER, Wivian. **A JUVENTUDE NO CONTEXTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO**. Estudos de sociologia, v.9 nº02, 2003, p.43-57.

OLIVEIRA, Adriano Machado; MACHADO, Márcia. **A ADOLESCÊNCIA E A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA**. Psicologia & Sociedade, 27(3), 2014, p.529-536.

SAMPAIO, Ronald Valentim Gomes. **A FACE INSUSPEITA DO PODER: um estudo sobre a analítica do poder em Michel Foucault**. Belém. Movendo Ideias, v. 13, n.2, 2008, p. 59-73.

ZARUR, Ana Paula; CAMPOS, Jorge Lúcio. **A juventude como valor na modernidade líquida**. Temática, n°01, janeiro 2015.